

INVENTÁRIOS DE BENS CULTURAIS E DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

CULTURAL GOODS INVENTORIES AND GRAPHIC DOCUMENTATION: A UNIVERSITY EXTENSION EXPERIENCE

Andréa de Oliveira Tourinho¹

Eneida de Almeida²

Paula De Vincenzo Fidelis Belfort Mattos³

Resumo

Este artigo apresenta uma experiência de extensão universitária resultante de convênio desenvolvido, em 2017, entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu e o Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo, visando a realização de inventário de bens culturais nos bairros do Ipiranga e do Cambuci, com a finalidade de subsidiar seu tombamento definitivo. O objetivo do trabalho é relatar os procedimentos metodológicos adotados em consonância com os conceitos fundamentais que embasam as ações no campo da preservação do patrimônio cultural, com atenção especial à documentação gráfica que acompanha e complementa a pesquisa. Enfatiza o potencial cognitivo e didático desse tipo de documentação para a formação dos estudantes no processo pedagógico da pesquisa histórica, bem como nos inventários de bens passíveis de proteção, ressaltando, ainda, sua importância na compreensão da dimensão urbana dos imóveis selecionados para inventariação.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico e urbano; documentação gráfica; ambiência urbana.

Abstract

This article presents a university extension experience resulting from an agreement, established in 2017, between São Judas Tadeu University's Course of Architecture and Urbanism and the São Paulo Municipal Department of Historic Heritage, aiming the realization of a cultural heritage inventory in Ipiranga and Cambuci Sao Paulo neighborhoods, with the purpose of supporting the definitive listing. The objective of this effort is to report the methodological procedures adopted in line with the fundamental concepts that reinforce the actions in the field of cultural heritage conservation, with special attention to the graphic documentation that accompanies and complements the research. It emphasizes the cognitive and didactic potential of this kind of documentation for students training in pedagogical process of historical research, as well as in the inventories of goods subject to protection, and emphasizes their importance in understanding the urban dimension of the selected real estate for inventory.

Keywords: architectural and urban heritage; graphic documentation; urban environment.

¹ Professora Doutora, Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu - andrea.tourinho@saojudas.br.

² Professora Doutora, Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu - eneida.almeida@saojudas.br.

³ Professora Doutora, Coordenadora do Curso e da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu - prof.darte@gmail.com.

1. Introdução

Uma análise e compreensão da história das cidades e das pessoas tem na arquitetura um dado significativo de registro e reconhecimento por materializar modos de vida, técnicas construtivas de uma época e constituir elementos indissociáveis da morfologia urbana. Dessa forma, os inventários patrimoniais configuram-se como ferramentas indispensáveis de reconhecimento e documentação, aptos a criar um conjunto sistemático de levantamento, análise e registro de dados históricos, arquitetônicos e urbanísticos. Ao constituírem uma espécie de dossiê sobre determinadas edificações e suas relações com o tecido urbano, ao mesmo tempo em que fornecem subsídios para o conhecimento e a conscientização da população local sobre o patrimônio e a necessidade de preservá-lo, correspondem a instrumentos necessários para balizar as ações de preservação dos órgãos de proteção patrimonial e, em especial, para instruir os processos de tombamento.

Este texto pretende relatar uma experiência de extensão universitária, na forma de uma parceria interinstitucional, por meio da celebração de um convênio, em 2017, entre a Universidade São Judas e o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, com a coordenação das autoras deste artigo, professoras do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa experiência envolveu a supervisão de pesquisas de alunos da graduação voltadas à coleta de dados e análises apresentadas nas fichas de inventário de bens culturais dos bairros do Ipiranga e Cambuci, na cidade de São Paulo, indicados em abertura de processo de tombamento pelo DPH/SP, com o intuito de contribuir com o processo de investigação necessário para decisão de tombamento.

Observa-se, em tempos atuais, que a ampliação do conceito de patrimônio, de um lado, supera a noção de monumento, edificação de caráter excepcional, para incorporar a arquitetura do cotidiano; de outro, estende-se do objeto arquitetônico ao ambiente construído, articulando a noção de patrimônio arquitetônico à de patrimônio urbano. Nessa perspectiva, coloca-se como objetivo deste trabalho comentar os aspectos metodológicos do desenvolvimento das atividades de colaboração do curso de Arquitetura e Urbanismo com o DPH, salientando a importância da utilização de elementos gráficos (mapas, desenhos, diagramas, esquemas, perspectivas digitais 3D) no processo pedagógico da pesquisa histórica, e sua contribuição na realização de inventários de bens passíveis de proteção. Ressalta-se, ainda, sua importância na compreensão da inserção urbana dos bens indicados como objetos de investigação.

2. A Origem dos Inventários Patrimoniais na Europa e sua Influência no Brasil

Etimologicamente o significado do termo inventário, do latim, *inventarium*, corresponde a “elenco para achar”, relacionando-se, portanto, ao sentido de descoberta. O radical *inventio* (invenção) corrobora a associação entre o processo de investigação e a realização de achados. Esse sentido incorporado ao inventário que, em sua origem era circunscrito ao universo familiar, à transmissão de heranças de pais para filhos, mantém-se nos processos culturais desenvolvidos na passagem do século XVIII para o XIX, em que os inventários adquirem uma conotação largamente associada à seleção de bens considerados representativos de determinada cultura com vistas à sua preservação.

Françoise Choay, em seu livro *A alegoria do patrimônio* (2001), perfaz a narrativa do processo gradual de valorização cultural de testemunhos da cultura antiga inaugurado pelos humanistas da Renascença, com interesse inicial centrado em textos e manuscritos, estendendo-se nos séculos seguintes aos elementos iconográficos, por ação de historiadores

da arte e antiquários, eruditos e colecionadores. Um interesse que, como explica Choay, prepara o terreno para a conservação dos monumentos da arquitetura, que desponta nos principais países europeus, na esteira dos processos revolucionários ligados tanto à Revolução Francesa, quanto à Revolução Industrial. São processos de valorização de testemunhos do passado invocados na elaboração dos inventários patrimoniais, que se fortalecem como reação a perdas materiais e simbólicas, desencadeadas quer pelas depredações realizadas especialmente em território francês, no bojo das disputas políticas, quer pelas transformações urbanas, associadas aos novos modos de produção e de organização socioespacial capitaneados pela Grã-Bretanha.

Os inventários patrimoniais constituem, desde esse momento inaugural, as peças iniciais que abrem os processos de proteção dos bens culturais, uma vez que correspondem a listagens de identificação e catalogação daquilo que interessa manter para a posteridade, pautando as ações que se seguiriam para assegurar a integridade desses bens, com o propósito de resguardá-los tanto da descaracterização, quanto da destruição. Embasados em critérios de atribuição de valor, os primeiros inventários seguem uma abordagem equiparável a das ciências naturais, o que explica o crescente papel da ilustração, presente tanto no trabalho dos antiquários e eruditos, como nas pesquisas dos historiadores da arquitetura:

Os monumentos da arquitetura revelam-se particularmente ricos em informação, na medida em que constituíam o âmbito espacial das instituições. Além disso, suas inscrições e sua decoração (pintada e esculpida) referiam-se diretamente às crenças, aos usos e costumes da época (CHOAY, 2001, p. 66-67).

Delineia-se assim um *corpus* de inventários com pretensões sistemáticas seja na França, seja na Inglaterra, traduzindo uma afirmação das particularidades nacionais contra a hegemonia dos cânones clássicos italianos. Dentre esses documentos, Choay assinala dois: a obra de John Aubrey, *Monumenta britannica: chrolonologica architettura* (1670) (Figura 1); a publicação de Bernard de Montfaucon, *Monuments de la monarchie française* (1729).

Figura 1: Descrição escrita e ilustrada com vistas à datação da produção arquitetônica, por J. Aubrey.



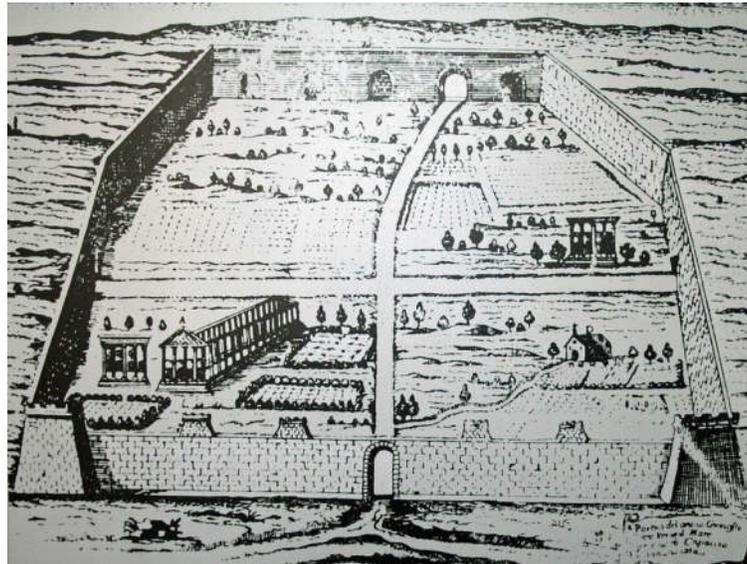
Fonte: www.bodleian.ox.ac.uk/whatson/whats-on/online/aubrey/history. Acesso em 07 jul. 2018.

Como explica a pesquisadora francesa, o novo campo de recenseamento ainda carece de conceituações e interpretações mais precisas, o que será corrigido somente à medida que os estudos se ampliam e aprofundam:

Efetivamente, os pórticos e as suas estátuas, os baixos-relevos, os monumentos fúnebres, os grandes vitrais e os tesouros dos edifícios de culto são largamente explorados em razão de seu caráter figurativo. Mas, em geral, sua interpretação carece de bases sólidas: assim, as personagens do Antigo e do Novo Testamento, alinhadas aos pórticos românicos ou góticos, tornam-se reis e rainhas da França (CHOAY, 2001, p. 70).

Na Itália, a investigação que se articula aos ensejos de preservação patrimonial é estimulada pelas descobertas dos grandes sítios arqueológicos de Herculano (1713), Paestum (1746) e de Pompeia (1748). Seguem-se às escavações, os procedimentos de documentação constituídos por fichas, plantas e levantamentos fotográficos, comprometidos com a sistematização de métodos de identificação, datação e interpretação, aliados à análise dos materiais e técnicas adotados, reunindo todo um conhecimento especializado que irá se aperfeiçoando com o tempo, passando a ser empregado nas práticas de conservação (Figura 2).

Figura 2: Representação esquemática da planta de Paestum por Heinz-Josef Lücking (1732).



Fonte: commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=4583039. Acesso em 07 jul. 2018.

Se a seleção de bens a serem protegidos é estabelecida com base na atribuição de valores associados às tradições, aos costumes e à identidade de grupos sociais, convém discutir acerca da noção de ‘valor’.

Segundo o dicionário Houaiss, o termo ‘valor’ é usualmente empregado para designar uma qualidade conferida a um objeto, que pode se traduzir em quantia monetária, ou em escala de importância. Quando aplicado às pessoas adquire a conotação de reconhecimento de qualidade intelectual ou moral, que desperta respeito e admiração.

Já a Enciclopédia Treccani indica dois significados diferentes associados à linguagem comum, mas que podem ser aplicados indistintamente: o primeiro designa que qualquer coisa

considerada importante, ou subjetivamente desejada, é ou possui um valor; o segundo significado não diz respeito ao objeto de interesse, mas ao critério de valoração, isto é, ao princípio geral a partir do qual se aprova ou desaprova determinado objeto ou certa ação. Quando empregado no plural, ‘valores’, indica os ideais aos quais as pessoas aspiram.

Correspondendo a um conceito fundamental da filosofia desenvolvida entre os séculos XVIII e XIX, adentra o campo das ciências sociais através da contribuição Max Weber que, em seus ensaios metodológicos, os considera como guias e orientações das escolhas realizadas, conectados com a realidade socioeconômica, com os parâmetros jurídicos, com as tradições e os símbolos de uma coletividade. Esclarece que, no âmbito das ciências sociais, enquanto ciências empíricas, não interessa determinar a validade ideal dos valores, mas sim explicar a sua gênese e as condições de sua realização.

Deslocando a discussão para o campo específico da preservação do patrimônio, tomando por referência um autor respeitado do panorama nacional, trazemos a compreensão de Ulpiano T. B. de Meneses, para quem atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de tudo, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo. Segundo Meneses, o patrimônio é um fato social, uma construção elaborada pelos grupos sociais, apoiada na atribuição de valores, uma noção em constante reelaboração na forma de diálogos e disputas entre os habitantes e as instituições que interagem no território urbano. Conforme o autor, não há um único entendimento, mas diversas conotações de valor a serem consideradas, sempre concebidas a partir do tempo presente, que vão muito além da matéria do artefato. São eles: cognitivos, formais, afetivos, éticos. Entretanto, essa indicação das variações de significado, segundo Meneses, não deve ser tomada por uma classificação rígida, estanque, mas sim contemplando as possibilidades de cruzamentos e sobreposição entre esses sentidos enunciados (MENESES, 2009).

A França, com sua ação pioneira, ao criar a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, converte os emblemas do antigo regime e alvos de destruição em bens do patrimônio público e símbolos da nação, caracterizando-os como objetos de culto a serem preservados. Aqui no Brasil, nesse mesmo período, precisamente em 1838, dá-se a fundação do Imperial Colégio Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), durante a regência de D. Pedro II, marcos iniciais do ensino e da pesquisa sistemática da história do Brasil.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz (2012, p. 337), a instituição atuou como “ponta de lança” na tarefa de fundar a historiografia nacional e dotar o país de uma nova memória visual e afetiva, embasada na narrativa de grandes personagens exaltados como heróis nacionais, com o duplo objetivo de alcançar o fortalecimento da própria monarquia e a unificação nacional por meio da unificação cultural. Inspirado no modelo do instituto francês, o IHGB funcionava como um centro incentivador de estudos, congregando a elite da corte à elite econômica e intelectual carioca, que, por meio da concessão de auxílios e incentivos financeiros, promovia o trabalho de poetas, pintores e estudiosos, estimulando o vínculo entre a produção intelectual e os organismos oficiais.

Após a geração romântica, foram os modernistas dos anos 1930 a se dedicar a identificar os marcos emblemáticos do ideal de nacionalidade. O Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, teve papel determinante nesse processo, concedendo ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, primazia na formulação de uma política cultural de modernização conservadora, em que o desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da cultura, estaria vinculado à autoridade central.

É nesse contexto que, um século após a criação do IHGB, em 1937, com a criação do

SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tem início uma política nacional de preservação do patrimônio, com a introdução dos inventários como instrumentos de reconhecimento e documentação dos bens patrimoniais, peças indispensáveis à aplicação do instituto do tombamento. Os critérios de seleção baseavam-se principalmente nas etapas da formação do Brasil e nos elementos emblemáticos dos ciclos econômicos relacionados ao povoamento do território. Nesse sentido, é inegável o caráter ambicioso desse projeto que, ao instituir uma noção oficial de patrimônio a ser preservado, pretende não só criar uma tradição, mas afirmar uma ideia de nação. Nesse aspecto, guarda semelhanças com o processo revolucionário francês que inaugura as práticas de conservação e também com o projeto imperial da criação do IHGB.

Assinalado como base de referência para a formulação do decreto de criação do SPHAN, o Projeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, é também um marco da criação do futuro DPH, repartição que permanece nos dias de hoje, como apoio técnico e suporte operacional às ações de preservação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). Entretanto, somente em 1975, é que o DPH, junto à Secretaria Municipal de Cultura, passou a cobrir a inexistência de um órgão responsável pela preservação do patrimônio municipal, e apenas em meados dos anos 1980 passou a contar com a figura do tombamento, justamente após a instituição do CONPRESP, que teve sua instalação definitiva em 1988.

Antes disso, como prosseguimento e extensão da ação do IPHAN de inventariar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional tem-se a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), em 1968, que inicialmente exerce uma ação complementar à do órgão federal.

Na esfera municipal, a Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo (COGEP), em 1975, sob a coordenação dos professores do Departamento de História da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Carlos C. Lemos e Benedito L. de Toledo, empreendeu um levantamento inicial de conjuntos urbanos e edificações com interesse de preservação. Vinculado a esse trabalho organizou-se o primeiro inventário de bens culturais da cidade de São Paulo, que se transformou no documento COGEP-PR 025/75: “Edifícios de valor histórico e paisagístico”, com base no qual foram criadas as Zonas Especiais Z8-200, categorias de zoneamento urbano restritivo, articuladas a medidas de proteção do patrimônio. Dessas disposições desprende-se que a primeira ação de preservação do patrimônio cultural no município surge por iniciativa do órgão de planejamento (SANTANA, 2007, p. 10-12).

Em 1986, por meio do IGEPAC-SP (Inventários Geral do patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo), o DPH formula uma metodologia de elaboração de inventários de compreensão mais ampla, tendo como enfoque central o domínio urbanístico, histórico, cultural e socioambiental, incorporando a influência da Conferência do Conselho da Europa, de 1979, que supera a concepção de valor puramente ‘estético’ do ambiente, à qual tinha se aportado a Recomendação de Paris, UNESCO (1962), como confirma o tema do encontro, “Salvaguarda da beleza e do caráter da paisagem e dos sítios”. Essa mudança de postura dos modelos europeus produziu a substituição de critérios empíricos com novos critérios de orientação científica e metodológica, segundo parâmetros comuns de mapeamento dos fatores de vulnerabilidade do patrimônio cultural e dos agentes de danos provocados por fenômenos ambientais, agravados pela própria ação antrópica.

Dessa ficha criada pelo IGEPAC-SP, descende aquela utilizada nos trabalhos realizados

no Convênio estabelecido entre o DPH e o Curso de Arquitetura da USJT, conforme discorre o relato a seguir.

3. A Documentação Gráfica nos Inventários de Bens Culturais no Ipiranga e Cambuci

3.1. O Inventário de Bens no Ipiranga e Cambuci: Desenvolvimento e Desafios

A cooperação acadêmica entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da USJT e o DPH do município de São Paulo consistiu, inicialmente⁴, na elaboração de inventários de bens culturais nos bairros do Ipiranga e do Cambuci, visando subsidiar as decisões sobre o seu tombamento definitivo. Esses bens correspondiam a 15 imóveis no Ipiranga, referentes a edifícios escolares, religiosos (igrejas, seminário), assistenciais (creche), institucionais (sede da Prefeitura Regional), residenciais e de infraestrutura (subestação de energia); e 5 no Cambuci, sendo, esses, edifícios institucionais (INSS), religiosos (mesquita), de comércio e serviços (antiga Mesbla) e conjuntos habitacionais, todos, então, em processo de tombamento⁵. A esses bens previamente selecionados e indicados para estudo pelo DPH, a equipe do Curso de Arquitetura e Urbanismo acrescentou o estudo de um imóvel a mais, a Fábrica das Linhas Corrente no Ipiranga, por considerar que a indústria também teve um papel fundamental na formação do bairro, guardando relação com alguns dos imóveis em estudo.

A abertura de processo de tombamento é uma medida cautelar, inicial, para indicar imóveis com possível interesse de proteção por meio do tombamento. O pedido de tombamento pode ser realizado por qualquer pessoa, instituição ou, mesmo, pelo próprio órgão de preservação do patrimônio, com base em documentação preliminar. Uma vez aberto o processo de tombamento, os técnicos do órgão de preservação realizam estudos mais amplos e detalhados visando à instrução do processo, com o fim de decidir se, de fato, os imóveis serão tombados e, em consequência, passarão a fazer parte do patrimônio da cidade, estado ou país em que se situam. No caso da cidade de São Paulo, conforme já indicado no início deste artigo, o DPH é a instituição técnica de apoio ao CONPRESP, subsidiando as decisões a serem tomadas por esse órgão colegiado.

A pesquisa resultou em ação prática de preservação do patrimônio na cidade de São Paulo, pois o DPH e o CONPRESP acolheram favoravelmente o trabalho realizado pela USJT, aprovando o tombamento de todos os imóveis estudados⁶.

A colaboração entre a universidade e o órgão de preservação de patrimônio da cidade é fundamental para o desenvolvimento de ações de proteção do patrimônio na atualidade, considerando a grande demanda de trabalho hoje existente nessa instituição no contexto de uma cidade complexa como São Paulo. Por outro lado, a pesquisa de inventário pode possibilitar a capacitação estudantil visando à difusão da abordagem técnica e a experiência prática nos trabalhos de preservação patrimonial.

Participaram da pesquisa 80 (oitenta) alunos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USJT, sob a coordenação das autoras deste artigo. O trabalho permitiu aos

⁴ Neste ano de 2018, foi firmado novo convênio entre as duas instituições para a continuidade dos trabalhos de inventariação, estando em andamento pesquisa na área da Mooca.

⁵ Os referidos processos de tombamento foram abertos através das Resoluções nº 01/CONPRESP/2016, referente ao Ipiranga, e Resolução nº 04/CONPRESP/2016, relativa ao Cambuci.

⁶ Os processos de tombamento foram deliberados na 658ª Reunião Extraordinária do Conpresp (04/12/2017) e na 664ª Reunião (22/02/2018), gerando as Resoluções nº 44/CONPRESP/2017 e nº 14/CONPRESP/2018, para o Cambuci e Ipiranga, respectivamente.

alunos o conhecimento e a prática do instrumento do inventário (levantamentos de campo, pesquisa bibliográfica e arquivística, análise e registro de informações) para a preservação do patrimônio cultural.

Um dos grandes desafios do trabalho foi introduzir, nas atividades e procedimentos da pesquisa científica, um conjunto significativo de alunos e com diversos níveis de aprendizagem, tendo em vista que participaram estudantes de todos os anos da graduação. A participação foi voluntária, o que demonstra o interesse expressivo no tema da pesquisa.

Para vencer esse desafio, foi fundamental a utilização de documentação gráfica, que propiciou aos alunos uma compreensão mais ampla dos processos de permanências e transformações arquitetônicas e urbanas dos imóveis estudados. A percepção e análise desses processos são essenciais para a caracterização de bens de interesse de preservação. Ou seja, verificar quais os aspectos desses bens se mantiveram no tempo, ou, ao contrário, se transformaram, identificando, ainda, como e quando isso ocorreu, é tarefa indispensável do trabalho de inventariação.

Na prática do inventário, o procedimento corrente é registrar os resultados das pesquisas em fichas, a partir da análise de material procedente de consultas à documentação primária em arquivos históricos, pesquisa bibliográfica, bem como visitas a campo para levantamento de dados.

Dessa forma, os estudos de inventariação dos bens em processo de tombamento no Ipiranga e no Cambuci compreenderam os seguintes trabalhos para obtenção de informações: visitas aos bairros em estudo; visitas internas aos bens em processo de tombamento, quando possível; pesquisas bibliográficas e em acervos de instituições; consultas no Arquivo Histórico de São Paulo; conversas informais ou coleta de depoimentos entre moradores locais; consulta a processos de aprovação de construção, reforma ou regularização das obras estudadas perante a Prefeitura Municipal; consulta às matrículas de Registro de Imóveis, para investigação referente aos proprietários anteriores, visando a reconstituição do histórico de ocupação dos imóveis.

No processo de pesquisa, os procedimentos de “identificação, levantamento, exploração de documentos” (SEVERINO, 2007, p. 124) definem o seu rumo. No inventário, o tratamento do documento deve ser muito cuidadoso, lembrando que esse instrumento, como fundamento da decisão do tombamento, pode produzir efeitos práticos para o proprietário do imóvel. Além de documento de identificação para reconhecimento de bem cultural, o inventário orienta a formulação de diretrizes para futuras intervenções no imóvel protegido e em seu entorno, a chamada área envoltória do bem tombado.

O documento como suporte material da informação converte-se em fonte durável de pesquisa:

(...) em ciência, documento é todo **objeto** (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, CD etc.) que se torna *suporte material* (pedra, madeira, metal, papel etc.) de uma *informação* (oral, escrita, gestual, visual, sonora etc.) que nele é fixada mediante *técnicas especiais* (escritura, impressão, incrustação, pintura, escultura, construção etc.). Nessa condição, transforma-se em fonte durável de informações sobre os fenômenos pesquisados (SEVERINO, 2007, p. 124. Grifo nosso).

Dentre essas fontes, a documentação gráfica é um tipo específico de registro, que desempenha um papel fundamental no inventário patrimonial de bens culturais materiais. É importante lembrar que, no Brasil, a preservação do patrimônio esteve, desde suas origens na

década de 1930 e durante muito tempo, predominantemente vinculada à identificação e proteção de bens materiais, sendo o corpo técnico dos órgãos de preservação do patrimônio composto, em grande parte, por arquitetos. Dessa forma, no trabalho de inventariação, esse profissional faz as vezes de historiador da arquitetura, debruçando-se sobre fontes históricas variadas, como mapas, plantas arquitetônicas, desenhos, pinturas e fotografias, além de registros textuais. Também podem ser produzidos materiais gráficos que contribuam na investigação proposta, no sentido de auxiliar na leitura e compreensão das fontes históricas ou, mesmo, na organização, sistematização e análise das informações compiladas.

Na experiência realizada com os estudantes de arquitetura da USJT, para cumprimento do convênio com o DPH, a utilização e produção de documentação gráfica no inventário de bens materiais do Ipiranga e Cambuci mostraram-se ferramentas didáticas importantes no processo pedagógico da pesquisa de extensão universitária, pela possibilidade de exercitar tanto a leitura e interpretação do material iconográfico consultado, quanto a produção de novo material gráfico para fins de organização das informações, representação e interpretação dos bens inventariados.

3.2. Documentação e Registro de Pesquisa: a Ficha de Inventário

No convênio firmado com a USJT, o DPH solicitou que o resultado da pesquisa realizada pela universidade fosse entregue na forma de fichas de inventário, conforme o padrão das fichas técnicas adotadas pelo órgão municipal de preservação para identificação e catalogação dos bens em processo de tombamento.

Uma das ferramentas básicas do inventário, a ficha reúne as informações de cada um dos imóveis com possível interesse de preservação.

A ficha de inventário atualmente utilizada pelo DPH tem como base o instrumental de pesquisa criado para a elaboração do IGEPAC-SP, no início da década de 1980 (DPH, 1986), cujo conceito se fundava na ideia de criação de um sistema continuado de coleta de informações⁷. A ficha do IGEPAC-SP, por sua vez, foi concebida com base na ficha do Conselho de Europa (BAFFI, 2006)

Utilizada e fornecida pelo DPH para o trabalho em questão, a ficha de inventário contempla os seguintes campos:

- Dados gerais de identificação do imóvel, tais como: localização, mapa digital de 2004 e foto geral atual, data de construção, número de pavimentos; autor e colaboradores do projeto; usos original e atual; estado de conservação e grau de alteração.
- Documentação cartográfica: refere-se a imagens aéreas e mapas que mostram a localização do imóvel em estudo e seu entorno imediato, compreendendo tanto as imagens atuais de satélite registradas no Google Earth, quanto as imagens dos mapas que mostram a evolução histórica e urbana dos levantamentos cartográficos conhecidos como Sara-Brasil, de 1930; Vasp-Cruzeiro, de 1954; e Gegrans de 1974⁸.

⁷ É importante ressaltar que o IGEPAC-SP não se limitava ao preenchimento de fichas de cada bem, mas contemplava, ao contrário, um abrangente estudo do bairro, sustentado no conceito de patrimônio ambiental urbano.

⁸ Essas três coleções de mapas (em várias escalas) correspondem aos primeiros levantamentos aerofotogramétricos realizados sobre a cidade de São Paulo e constituem importante base cartográfica para pesquisa histórica.

Solicita-se, ainda, a inserção de planta cadastral oficial da Prefeitura, denominada Quadra Fiscal e utilizada para cobrança de imposto predial, com a indicação do imóvel em estudo. Esse conjunto de imagens tem o intuito de fornecer informações sobre as permanências e transformações tanto das características do imóvel em estudo, quanto do entorno em que se insere.

- Dados históricos: dados arquitetônicos; dados de ambiência; outras informações relevantes.
- Documentação fotográfica: imagens que ofereçam a ideia geral do bem e também fotos de detalhes ou outras informações importantes.
- Documentação gráfica: desenhos de plantas, cortes e elevações do imóvel em estudo, de qualquer data ou produzidas na elaboração do inventário.

A ficha evidencia duas escalas de pesquisa: a do próprio imóvel, ou seja, a da obra construída no lote ou, ainda, de outros elementos que o ocupam (jardins, muros, fontes, etc.), e a de sua ambiência, que considera as características do entorno do objeto de estudo.

Contudo, embora o trabalho solicitado pelo DPH consistisse basicamente nas fichas de inventário, considerou-se fundamental uma visão de conjunto dos bens em processo de tombamento, que ensejasse a compreensão das relações que se estabelecem - e se estabeleceram no tempo - entre os imóveis previamente selecionados para estudo. Essa percepção do ambiente urbano em que a relação entre os objetos é tão importante quanto o próprio objeto permite a superação, muitas vezes limitada - apesar de sua relevância -, da ideia de ambiência urbana enquanto caracterização do entorno mais imediato do imóvel em estudo. Nesse sentido, a produção de documentação gráfica visando à análise conjunta dos bens em processo de tombamento mostrou-se bastante adequada.

Como resultado dessas formulações teóricas, acrescentou-se, ao preenchimento das fichas de inventário, a elaboração de histórico dos bairros do Ipiranga e do Cambuci; mapas de evolução histórica com a indicação de todo os bens em processo de tombamento; desenhos, plantas, diagramas para a compreensão da escala do lote, bem como de sua dimensão urbana, tendo sido criados desenhos digitais da situação 3D dos imóveis em estudo e seu entorno.

3.3. A Documentação Gráfica na Realização do Inventário

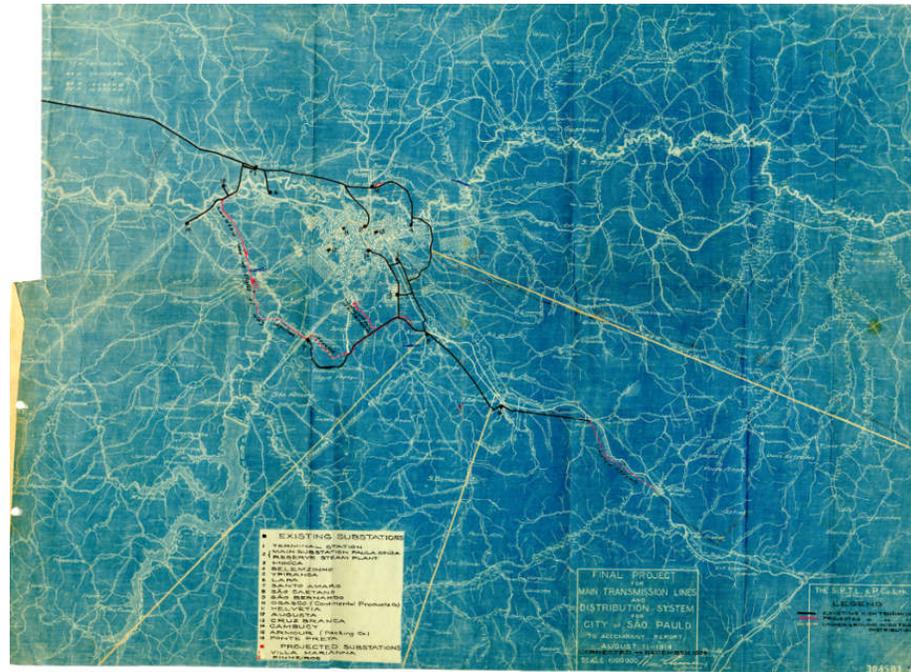
O trabalho realizado compreendeu tanto a reunião e análise de documentação gráfica existente, quanto a produção de material gráfico. Houve, assim, a sistematização das informações obtidas nos levantamentos de campo, nas pesquisas bibliográficas e investigação nos acervos consultados, bem como a elaboração de mapas, diagramas, desenhos, e perspectivas digitais 3D.

3.3.1. Mapas e Planos

A reunião e exploração da documentação referente a mapas, planos, da cidade - ou partes dela - mostrou-se uma ferramenta de trabalho muita adequada para os objetivos estabelecidos.

Como exemplo, citamos o caso da Subestação de distribuição de energia do Ipiranga, construída no bairro antes da década de 1910. A investigação nos acervos da Fundação de Energia e Saneamento de São Paulo revelou a existência de um mapa de 1914 que auxiliou na compreensão do sistema de estações de distribuição de energia na cidade, contextualizando a subestação em estudo (Figura 3).

Figura 3: Projeto final para as principais linhas de transmissão e sistema de distribuição de energia para a cidade de São Paulo, ago. 1914, corrigida em dez. 1923.



Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017 (Fundação Energia e Saneamento).

Além do trabalho com mapeamentos existentes, procedeu-se à análise de evolução arquitetônica e urbana a partir dos mapas históricos da cidade. Nesses mapas, indicou-se os bens em processo de tombamento, com o intuito de se identificar o período de construção do imóvel, suas permanências e transformações (Figura 4).

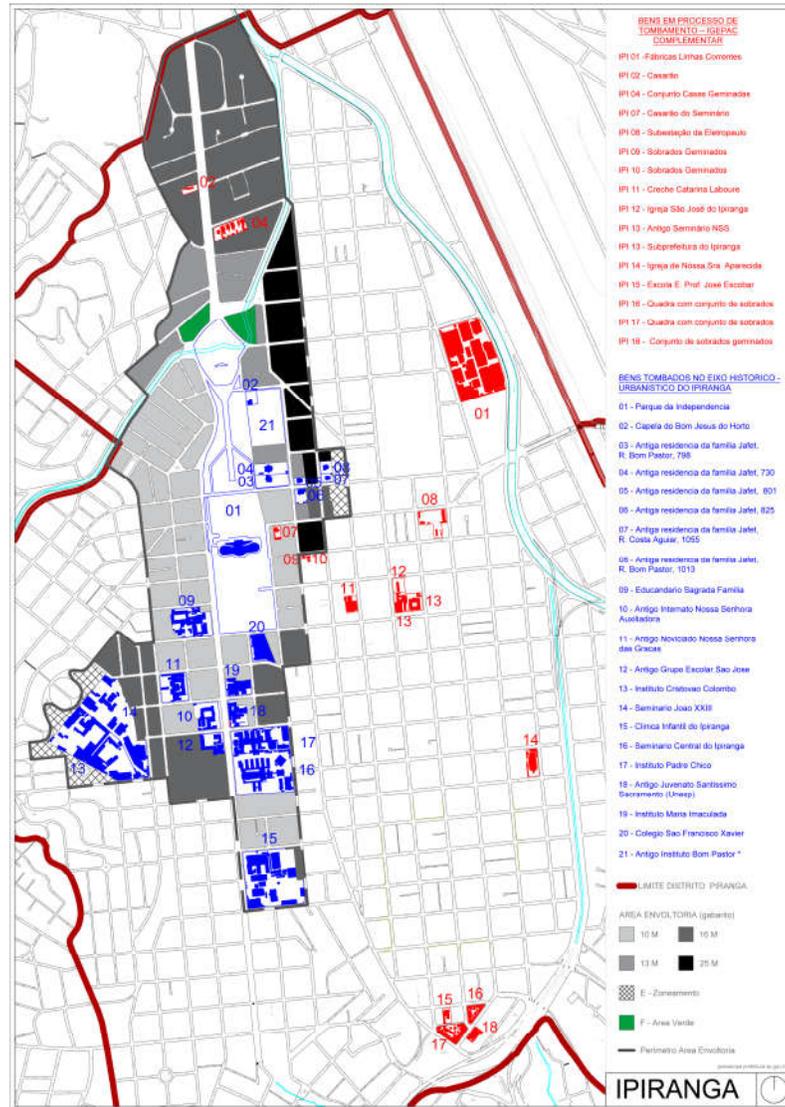
Figura 4: Evolução histórica - Mapas Sara (1930), Vasp-Cruzeiro (1954), Gegan (1974).



Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017.

Também se produziu um mapa que permitisse a visão conjunta dos bens já tombados nos bairros (em azul) e aqueles em processo de tombamento (em vermelho) (Figura 5).

Figura 5: Mapa de bens tombados e em processo de tombamento no Ipiranga, 2017.

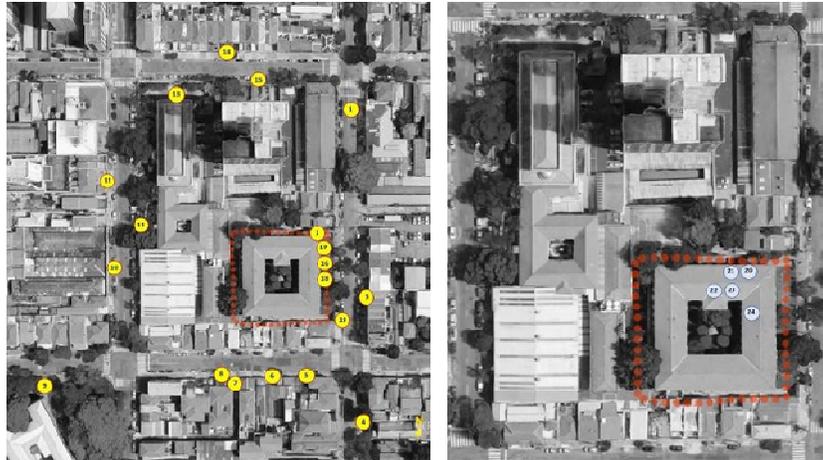


Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017.

3.3.2. Diagramas e Croquis

A elaboração de diagrama, sobre foto aérea, com a indicação das imagens feitas no levantamento fotográfico, com diferenciação entre as externas (em amarelo) e internas (em azul), auxiliou na leitura da documentação iconográfica (Figura 6).

Figura 6: Diagrama de indicação do levantamento fotográfico.



Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017.

Na escala da quadra, o entendimento da situação da construção no lote, seus acessos, e sua relação com a rua ficou clara com a elaboração de diagramas sobre foto aérea do imóvel (Figura 7).

Figura 7: Diagrama de situação da Sede da Prefeitura Regional no Ipiranga.



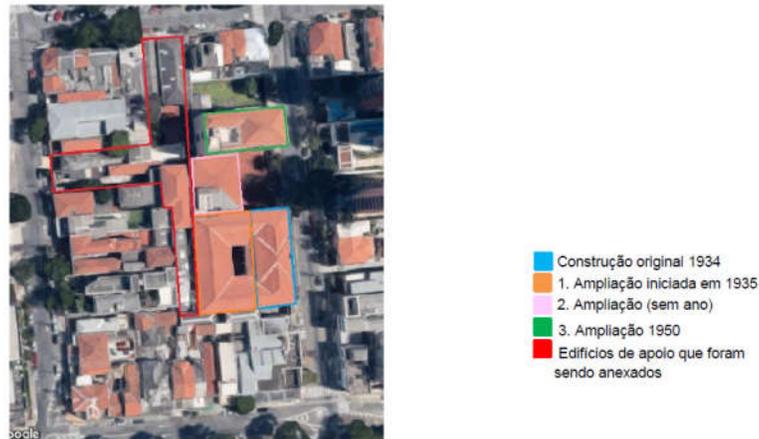
Legenda

- Área do lote
- Área da Prefeitura Regional
- Edificado
- Recuo frontal (aprox. 8 metros)
- Recuos laterais e de fundo
- Árvores no interior do lote
- ↔ Antigo acesso (quando Seminário)
- ↔ Acesso atual (Prefeitura Regional)

Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017.

Interpretação frequentemente complexa, nos trabalhos de reconstituição das informações históricas de construções mais antigas, é o discernimento entre o novo e o original, bem como das ampliações ou demolições intermediárias. O diagrama com indicação dessas etapas e datas mostrou-se uma ferramenta importante para o entendimento da obra em estudo (Figura 8).

Figura 8: Diagrama indicando datas das construções da Creche Catarina Labouré.



1 - Foto aérea com indicações das ampliações da Creche, com base nas informações fornecidas pela irmã Maria José, durante visita à instituição.
Fonte: GOOGLE EARTH

Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017.

Outra ferramenta de pesquisa importante foi a elaboração de croquis pelos alunos, como ocorreu na pesquisa sobre a Escola Estadual Prof. José Escobar no Ipiranga, em que a Diretoria da escola não permitiu registros fotográficos ou cópia da planta do edifício escolar (Figura 9). O exercício de desenhar a planta permite uma melhor compreensão, pelo estudante, do agenciamento das funções e atividades no espaço.

Figura 9: Croquis da planta da Escola Estadual Prof. José Escobar, 2017.

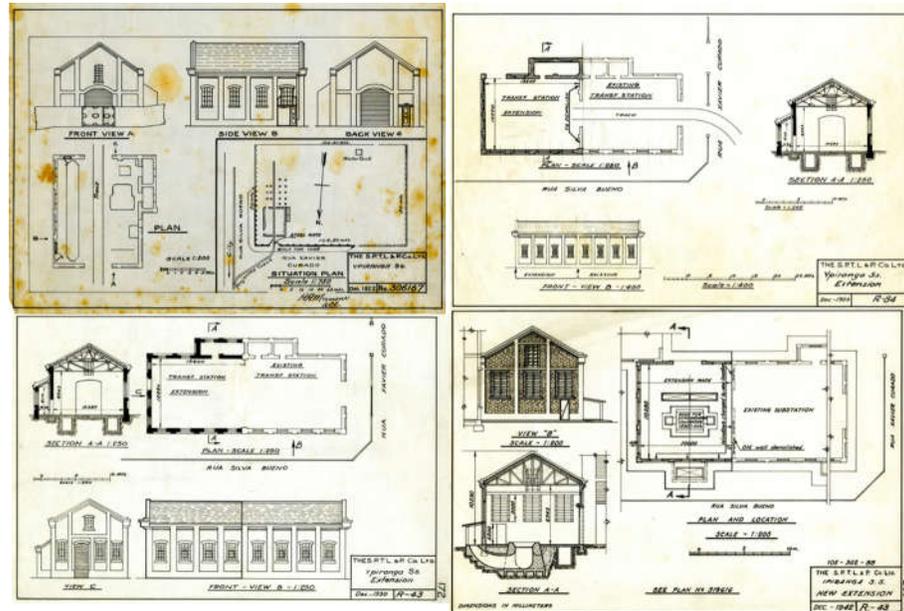


Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017.

3.3.3. Desenhos Técnicos e Fotografias Históricas

A pesquisa nos acervos forneceu desenhos técnicos dos projetos - incluindo plantas, cortes, detalhes - para alguns imóveis, subsidiando análise sobre as mudanças que ocorreram na obra originalmente construída, como no caso da Subestação de Energia do Ipiranga (Figura 10).

Figura 10: Desenhos técnicos da Subestação do Ipiranga e suas modificações e ampliações nos anos de 1922, 1928, 1930 e 1942.



Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017 (Fundação Energia e Saneamento).

Essas informações foram complementadas pela recuperação de registros fotográficos históricos na Fundação de Energia e Saneamento de São Paulo (Figura 11).

Figura 11: Registros fotográficos da Subestação do Ipiranga, décadas de 1910 e 1920.



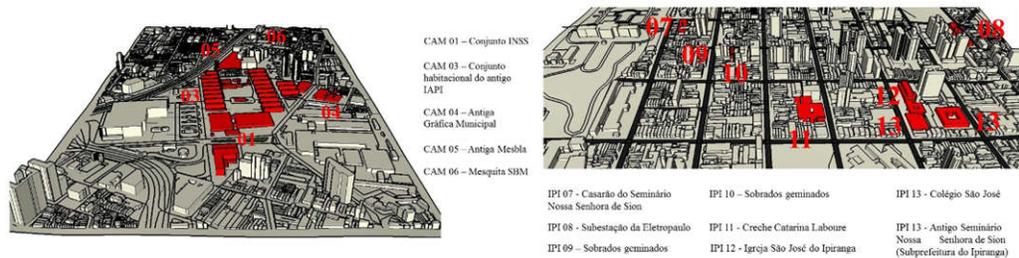
Fonte: Convênio USJT-DPH, 2017 (Fundação Energia e Saneamento).

3.3.4. Perspectivas Digitais 3D

Uma documentação fundamental para leitura, análise e compreensão da inserção urbana dos imóveis em estudo no Ipiranga e no Cambuci foi o conjunto de perspectivas digitais 3D, produzidas pela equipe USJT, a partir da ferramenta do SketchUp com base nas informações

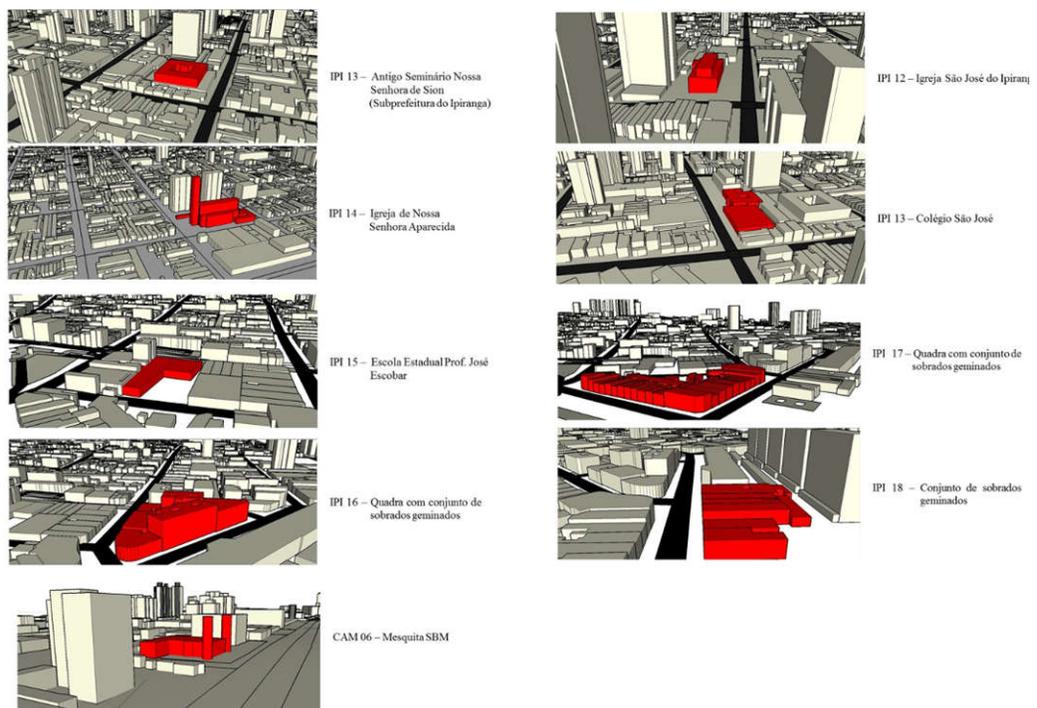
do Cad Mapper⁹. Foram produzidos desenhos digitais 3D dos conjuntos dos bens em processo de tombamento no Ipiranga e Cambuci (Figura 12), bem como de cada um desses bens e seu entorno imediato (Figura 13). A análise das escalas, gabaritos, relações entre os bens em estudo forneceu uma visão de conjunto que subsidiou a decisão sobre o seu tombamento definitivo, bem como sobre as diretrizes de intervenção arquitetônica nos imóveis protegidos e em sua área envoltória.

Figura 12: Inserção urbana dos bens culturais no Cambuci e Ipiranga.



Fonte: Convênio USJT-DPH, elaborado por Jessica Nemeti, 2017.

Figura 13: Inserção urbana de alguns dos imóveis em estudo no Cambuci e Ipiranga.



Fonte: Convênio USJT-DPH, elaborado por Jessica Nemeti, 2017.

⁹ O Cad Mapper é um site norte-americano que disponibiliza arquivos no formato DXF, com base no *OpenStreetMap*, mapeamento de cidades com código aberto, que podem ser utilizados e editados em programas de design, como o AutoCAD e o Rhinoceros.

3. Considerações Finais

Originadas como forma de colaboração em que instituições de ensino pudessem contribuir para suprir a enorme demanda de trabalho existente no DPH, no contexto de uma cidade complexa como São Paulo, as atividades realizadas no âmbito do Convênio celebrado entre o DPH e a USJT, cumprem um importante papel pedagógico.

De imediato, é possível reconhecer um duplo intento: possibilita, por um lado, que os alunos conheçam tanto os instrumentos de gestão do patrimônio, quanto o próprio funcionamento do órgão de preservação nas diversas etapas da gestão do patrimônio cultural; por outro, permite aos alunos uma experiência de capacitação técnica pela aquisição de conhecimentos, habilidades e procedimentos sistemáticos de pesquisa científica, despertando o interesse pela investigação nesse campo específico e contribuindo de modo mais abrangente para o exercício de sua capacidade crítica. Somem-se a essas duas naturezas de experiência o embate com a própria cidade e sua arquitetura: sua observação, identificação de atributos físicos e reconhecimento de valores.

A colaboração desenvolvida pelo Curso de Arquitetura de Universidade São Judas teve a peculiaridade de ter se fundamentado, de modo especial, em análises de materiais gráficos, considerados essenciais como base de pesquisa histórica para a identificação de bens culturais em inventário patrimonial. Os documentos gráficos, tais como mapas, diagramas, desenhos, croquis e perspectivas digitais, evidenciam o potencial cognitivo desse tipo de documento, além de abrir possibilidades nos campos didáticos e pedagógicos. A leitura e interpretação do material iconográfico consultado, em combinação com a produção de novos documentos gráficos, que se abrem a novas consultas, desenvolvem uma atividade em cadeia, que não se extingue com a finalização dos trabalhos.

Conservar não é só cuidar da obra arquitetônica, mas toda a ação de busca, seleção e organização que disponibiliza para o outro, que facilita sua compreensão, estabelecendo, por sua vez, novas fontes de consulta que se desdobram em novas perspectivas de entendimento e interpretação.

Agradecimentos

Agradecemos à equipe técnica do DPH, especialmente à arquiteta Ana Lúcia Franco M. da S. B. Winther, pelas orientações e acompanhamento do trabalho de inventário, bem como aos alunos que participaram da experiência de extensão universitária relatada neste artigo.

Referências

- BAFFI, Mirthes. O Igepac-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 204, p.169-191, 2006. (Edição especial 30 anos de DPH)
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001. 282p.
- COLONNA, Barbara. Verbetes 'inventário'. In: **Dizionario etimologico della lingua italiana**. 5ª ed. Gênova: Newton & Compton, 2005. 462 p.
- CONVÊNIO USJT-DPH, 2017. Inventários de bens culturais no Ipiranga e Cambuci. São Paulo: USJT, 2017.
- DPH. Departamento do Patrimônio Histórico. **Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: metodologia**. São Paulo: DPH, 1986. 47 p. (Cadernos do Igepac-SP 1).

ENCICLOPEDIA Italiana di Scienze, Lettere ed Arti Treccani. Verbetes 'valori'. Versão digital. Disponível em: <[http://www.treccani.it/enciclopedia/valori_\(Enciclopedia-delle-scienze-sociali\)/>](http://www.treccani.it/enciclopedia/valori_(Enciclopedia-delle-scienze-sociali)/>). Acesso em: 05 jul. 2018.

GRANDE DICIONÁRIO HOVAISS. Versão digital, 2009. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MENESES, Ulpiano T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. V. 2, 2009, Ouro Preto. Ouro Preto (MG): IPHAN, 2009. p. 25-39.

RODRIGUES, Marly. Inventário de bens culturais: conhecer e compreender. **Revista CPC**, São Paulo, n.21 especial, p.31-48, 1. sem. 2016.

SANTANA, Danielle de. **Do IGEPAC ao território de interesse da Cultura e da paisagem**. Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa-CLC. 1º Curso de Capacitação para Gestores de Bens Culturais, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danielle%20de%20Santana.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. Nacionalidade e patrimônio. O segundo Reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico. In: CHUVA, Márcia (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34. IPHAN, 2012, p. 337-359. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf>. Acesso em 05 jul. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.